

ATA DA 101ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 09 DE DEZEMBRO DE 2020
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada Faraco De Luca - Altair Silva - Ana Campagnolo - Bruno Souza - Coronel Mocellin - Dr. Vicente Caropreso - Fabiano da Luz - Felipe Estevão - Fernando Krelling - Ismael dos Santos - Ivan Naatz - Jair Miotto - Jerry Comper - Jessé Lopes - João Amin - Julio Garcia - Kennedy Nunes - Laércio Schuster - Luciane Carminatti - Luiz Fernando Vampiro - Marcius Machado - Marcos Vieira - Marlene Fengler - Mauro de Nadal - Milton Hobus - Moacir Sopelsa - Nazareno Martins - Neodi Saretta - Nilso Berlanda - Padre Pedro Baldissera - Paulinha - Renato Pike - Ricardo Alba - Rodrigo Minotto - Romildo Titon - Sargento Lima - Sergio Motta - Valdir Cobalchini.

PRESIDÊNCIA - Deputado Mauro de Nadal

DEPUTADO MAURO DE NADAL (Presidente) - Abre os trabalhos da sessão ordinária. Solicita a leitura das atas das sessões anteriores para aprovação e a distribuição do expediente, eletronicamente, aos senhores Deputados.

Breves Comunicações

Não havendo oradores inscritos, suspende a sessão até o horário dos Partidos Políticos.

Partidos Políticos

Reaberta a sessão, e concede a palavra ao primeiro orador inscrito.

Partido: PSD

DEPUTADO KENNEDY NUNES (Orador) - Questiona a motivação do adiamento do segundo julgamento de

impeachment do Governador Carlos Moisés com a justificativa de que a Polícia Federal teria constatado a inocência do mesmo, mas argumenta que só o Ministério Público pode encerrar a investigação.

Fala em nome de todos os catarinenses, que não vão esquecer o que aconteceu em Santa Catarina, quando foram pagos milhões por respiradores, devido à pandemia, que não chegaram ao Estado e o dinheiro desapareceu. Apela ao Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, Dr. Ricardo Roesler, para que a justiça seja feita, porque acha que querem que o povo catarinense esqueça tal fraude. Cita que também participou do Tribunal Misto que julgou a questão da equiparação dos salários dos procuradores, e se sentiu frustrado com o resultado da mesma, pois foi negado todo o libelo da acusação que pedia a oitiva de testemunhas, e o Governador foi absolvido, com a justificativa de que o mérito do aumento foi legal. Procede apresentação de vídeo para ilustrar a sua fala.

Enfim, concluí, afirmando que vai lutar pela verdade até o próximo julgamento, e entende que não existe justificativa plausível para prorrogar o julgamento do segundo *impeachment* do Governador Carlos Moisés.

Deputado Jessé Lopes (Aparteante) - Solidariza-se com a fala do Deputado Kennedy Nunes, acrescentando que o mesmo não está sozinho nesta luta. [Taquígrafa: Ana Maria]

Partido: PSL

DEPUTADO JESSÉ LOPES (Orador) - Constata que se está vivendo uma fase difícil, pois é preciso vir aqui defender o óbvio, de que é essencial para a vida das pessoas proverem o seu sustento. Cita exemplos, como aquele que tem um campo de futebol, outro que tem uma lojinha de utensílios, aquele que promove eventos, artistas, cujos serviços não são considerados essenciais. Explica que todos já sabem quais são os riscos e cuidados, e que está na hora de serem tratados como pessoas adultas e

responsáveis, deixando que cada um cuide de sua vida.

Contesta, dizendo que são aberrações as medidas tomadas, como o toque de recolher, e pergunta se é vírus ou morcego, que só ataca à noite. Afirma que essencial é aquilo que possibilita às pessoas terem o sustento e pagarem as suas contas, e isso só não é essencial para aqueles que têm o seu salário garantido.

Menciona que o SUS nunca foi 100% eficiente, e sempre morreram pessoas em portas de hospitais. Acredita que, se as medidas fossem confiáveis para combater o vírus, haveria um apoio maior, mas a verdade é que só estão sendo canceladas as agendas do pessoal dos eventos. Entretanto, o Estado não cancela a conta de luz, de água, do aluguel e os impostos desse pessoal.

Ressalta que o Estado deveria criar um subsídio para resolver os problemas das pessoas que estão impedidas, e se não houver condições, não deve trancar a oportunidade destas pessoas buscarem o seu sustento. Insiste que os eventos devem ser liberados, e aquele que não quiser se contaminar é só não ir. *[Taquígrafa: Eliana]*

Partido: MDB

DEPUTADO FERNANDO KRELLING (Orador) - Usa a tribuna especialmente para cumprimentar a Celesc que completa 65 anos de história, na presente data, de prêmios e muitas conquistas, especificamente com um trabalho exemplar e excepcional dos seus colaboradores.

Complementa, dizendo que no mesmo dia 9 de dezembro de 2017, também foi aprovada na Casa Legislativa o Dia do Eletricitário, e que está no calendário oficial, graças ao empenho dos conselheiros da Celesc, oficializando no calendário do Estado, e parabeniza tão importante empresa pelo fantástico trabalho exercido.

Menciona que o Parlamento Catarinense sempre deve lembrar o trabalho sensacional, ágil da Celesc. Expõe, ainda, que o Poder Legislativo evidenciou, através de imagens e vídeos durante o ciclone-bomba ocorrido em Santa Catarina, a

recuperação eficaz, além da agilidade no trabalho de seus funcionários que, muitas vezes, são despercebidos no dia a dia, mas quando a luz falta em algum lugar, todos lembram que eles existem. Ressalta, ainda, que durante o ciclone-bomba houve o maior exemplo do trabalho prestado por essas pessoas sensacionais que se dedicam integralmente a tão importante causa em prol do Estado.

Finaliza, parabenizando a Celesc pelos seus 65 anos de história, estendendo os cumprimentos aos eletricitários de Santa Catarina, em nome do Parlamento Catarinense. *[Taquígrafa: Elzamar]*

Partido: PT

DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI (Oradora) - Informa que, neste momento, está em discussão, no Congresso Nacional, o financiamento da Educação. Afirma que o Partido dos Trabalhadores está mobilizado para pressionar o Congresso Nacional para garantir a regulamentação do Fundeb.

Registra que a regulamentação do novo Fundeb está prevista na Emenda Constitucional 108, promulgada pelo Congresso em agosto de 2020, que torna o Fundeb permanente, aumenta a contribuição da União para o Fundo e altera critérios de distribuição, beneficiando Estados e Municípios.

Discorre sobre a importância do Fundeb no financiamento da educação pública brasileira, e conta que, na data anterior, a Câmara dos Deputados aprovou o regime de urgência para o projeto de lei que regulamenta a distribuição dos recursos do Fundeb a partir do dia 01 de janeiro de 2021. Acrescenta que este regime de urgência precisa ser priorizado, pois o Congresso Nacional entra em recesso na semana seguinte.

Comenta que não se pode correr o risco de deixar a regulamentação do Fundeb para uma medida provisória do Governo Federal, e argumenta que esta regulamentação precisa ser votada na próxima semana, não permitindo que o ano se encerre sem a regulamentação do novo Fundeb em forma de lei.

Lembra que, com muita resistência, cobrança e pressão popular, conseguiu-se fazer com que o Congresso Nacional aprovasse a matéria, dando ao

financiamento da educação pública uma força constitucional, garantindo um dos instrumentos mais importantes para o desenvolvimento social e humano do País.

Alerta que o parecer apresentado pelo relator do projeto de regulamentação traz alguns retrocessos que precisam ser corrigidos na votação do mérito da matéria. Explica que a regulamentação do Fundeb não pode permitir a ampla drenagem de recursos do Fundo para a iniciativa privada, a terceirização da educação pública, a meritocracia e o esvaziamento da valorização dos profissionais da educação. Acrescenta que estes retrocessos citados estão sendo denunciados pelos educadores, militantes, bancada do PT na Câmara Federal, representações dos trabalhadores e setores organizados da sociedade.

Solicita apoio da Frente Parlamentar Catarinense e colegas congressistas para corrigir o relatório, por entender que os recursos do Fundeb devem ser investidos na educação pública.

Relembra que a Assembleia Legislativa de Santa Catarina foi protagonista de um evento, realizado no ano anterior, onde agregou com as comissões de Educação de Assembleias Legislativas de 23 Estados e 12 partidos políticos, construindo um parecer que foi incorporado ao relatório da Deputada Dorinha, de Tocantins, relatora do Fundeb.

Finaliza o discurso, lembrando a importância do Fundeb para a educação brasileira.
[Taquigrafia: Northon]

Partido: PL

DEPUTADO RENATO PIKE (Orador) - Faz relato sobre reunião com o Governador e agradece a atenção que foi dada ao planalto norte.

Lamenta que uma região com aproximadamente 400 mil eleitores não tenha nenhum representante no Parlamento catarinense. Cita que a região do planalto norte já foi líder em arrecadação no Estado de Santa Catarina e hoje sofre com a falta de recursos.

Conclui, afirmando que fará o possível para buscar incentivos necessários à região norte

durante sua breve passagem como Parlamentar.
[Taquiografia: Roberto]

DEPUTADO NILSO BERLANDA (Orador) - Parabeniza o Deputado Pike pelo pronunciamento e manifesta apoio na busca por mais investimentos para a região do planalto norte.

Registra o falecimento do empresário e ex-prefeito do município de Santa Cecília, Adelmo Ely. Lamenta a perda e ressalta o grande legado de liderança deixado por Adelmo. [Taquiografia: Roberto]

Deputada Luciane Carminatti - Pede a palavra, pela ordem.

DEPUTADO MAURO DE NADAL (Presidente) - Concede a palavra à Deputada Luciane Carminatti.

DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Faz solicitação à Presidência da Casa e também à Comissão de Finanças e à Comissão que trata do Orçamento da Assembleia Legislativa. Cita que ontem foi lido no Expediente e está disponível no site da Alesc o Projeto de Lei n. 0364/2020, que trata das taxas do ICMS e parte das leis aprovadas no ano passado sobre incentivos fiscais. Informa que é um projeto de lei muito extenso, com 131 páginas, e não se encontra a íntegra no Sistema de Gestão e Processos Eletrônicos do Executivo. Neste sentido, faz pedido para que as comissões façam tratativa junto ao Governo para que seja liberado todo o formulário, com transparência e publicidade, que são os princípios da administração pública, para que matéria de tal complexidade possa ser minimamente analisada, pois não deseja votar sem plena consciência dos resultados e quem são os beneficiados ou não. Assim, faz este registro público para que o Governo quebre o sigilo desta peça que foi enviada na reta final, possibilitando que os Parlamentares sejam responsáveis com relação ao voto. [Taquígrafa: Sara]

DEPUTADO MAURO DE NADAL (Presidente) - Suspende a sessão até às 16h, retornando na Ordem do Dia.

Ordem do Dia

A Presidência reabre a sessão e dá início a pauta da Ordem do Dia.

Votação da redação final do PLC n. 0016/2020.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0119/2019, de autoria do Deputado Fernando Krelling, que dispõe sobre o benefício de isenção de inscrição em programas ou eventos esportivos para atletas voluntários no Estado de Santa Catarina.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça; de Educação, Cultura e Desporto; e de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

Em discussão.

Discutiram a presente matéria os srs. Deputados: Fernando Krelling, João Amin e Jessé Lopes.

Em votação.

Fazem encaminhamento pela aprovação da matéria os srs. Deputados: Fernando Krelling, Fabiano da Luz e Valdir Cobalchini; e encaminha voto contrário o sr. Deputado Jessé Lopes.

Aprovado com o voto contrário do sr. Deputado Jessé Lopes.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0305/2020, de autoria do Deputado Dr. Vicente Caropreso, que altera a Lei n° 17.292, de 2017, que "Consolida a legislação que dispõe sobre os direitos das pessoas com deficiência", para restabelecer à pessoa com deficiência o benefício da gratuidade do transporte fluvial, lacustre ou marítimo, como balsa, "ferry boat", canoa ou similar, de propriedade do Estado, dos Municípios ou privada, que funcione por concessão e com

fiscalização do Poder Público, e adota outras providências.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça; de Finanças e Tributação; e de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0382/2019, de autoria do Deputado Sergio Motta, que institui o uso da bengala verde como meio adequado para identificar pessoas acometidas de baixa visão, e como instrumento de orientação e mobilidade.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça; de Saúde; e de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0444/2019, de autoria do Governador do Estado, que autoriza a cessão de uso de imóvel no Município de Joinville.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça; de Finanças e Tributação; e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e Votação em turno único do Projeto de Lei n. 0466/2019, de autoria do Governador do Estado, que autoriza a doação de imóvel no Município de Morro Grande.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça; de Finanças e Tributação; e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Neste momento, o sr. Presidente, Deputado Mauro de Nadal, encerra a presente sessão, convocando outra, extraordinária, às 16h16, para votação da redação final das matérias que foram aprovadas.

Está encerrada a sessão.

(Ata sem revisão dos oradores)

*[Transcrição: Taquígrafa Sílvia] [Revisão:
Taquígrafa Sara]*